

COMISSÃO DE CULTURA

REQUERIMIENTO N°

DE 2019

(Da Sra. ÁUREA CAROLINA)

Requer a realização de Audiência Pública “Os Impactos da Extinção do Ministério da Cultura” para discutir a situação da Política Cultural do país e dos antigos setores do Ministério da Cultura e seus órgãos vinculados, após a MP 870/2019.

Senhora Presidenta,

Requeremos a V. Exa., nos termos dos artigos 24, inciso III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Audiência Pública “Os Impactos da Extinção do Ministério da Cultura” para esclarecimento da situação da Política Cultural do país e dos antigos setores do Ministério da Cultura e de seus órgãos vinculados após extinção do Ministério da Cultura e sua absorção, em parte, pelo Ministério da Cidadania, por meio da MP 870/2019.

- Secretário Especial da Cultura do Ministério da Cidadania - Henrique Pires;
- Secretário Adjunto de Cultura (ex-secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura) – José Paulo Soares Martins;
- Doutor em Políticas Culturais pela UFBA e ex—membro do Conselho Nacional de Cultura - Antonio Albino Canelas Rubim;
- Representante do Instituto Brasileiro de Museus;
- Ex-coordenador da Casa de Patrimônio do João Pessoa e Especialista em Gestão de Patrimônio - Átila Tolentino;

- Ex-presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB, Doutora em História e pesquisadora de políticas pública - Lia Calabre;
- Presidente da Associação de Servidores da Biblioteca Nacional - Luciana Muniz;
- Presidente da Asminc - Associação de Servidores do Ministério da Cultura - Sérgio Pinto ;
- Ex-Ministro da Cultura - Juca Ferreira
- Ex-Secretário Executivo do Ministério da Cultura - João Brant;
- Secretário de Cultura do Estado do Ceará e Presidente do Fórum de Secretários Estaduais de Cultura - Fabiano dos Santos Piúba;
- Cida Falabella - Artista de teatro e vereadora pelo PSOL-BH;
- Afonso Borges - Escritor e Produtor Cultural;
- Representante da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura;
- Liderança Indígena da APIB - Sônia Guajajara.

JUSTIFICAÇÃO

O governo anunciou a “fusão” do Ministério da Cultura - MINC com o Ministério da Cidadania, o que se consolidou na MP 870/2019, com a mentirosa desculpa de economia para o país. Mentira que cai com a simples análise dos dados do próprio governo, constantes do ANEXO III do Decreto 9.674/2019, dispondo sobre cargos. Os números mostram claramente que haverá uma economia de cerca de apenas 2% no valor gasto com cargos e funções. Valor que deve ser ainda menor, se considerarmos que o governo misturou parte dos cargos extintos no Ministério do Trabalho, nos dados do ANEXO III.

O que ocorreu, na prática, foi a extinção do Minc, já que praticamente só foram para o novo ministério as áreas fins. O que ele está fazendo é destruir parte do MINC, anexando somente algumas áreas ao antigo Ministério de Desenvolvimento Social, cuja Secretaria-Executiva foi mantida, em detrimento da Secretaria-Executiva da Cultura.

Com isso, setores como a parte internacional de cultura do MINC serão totalmente destruídas, com exoneração de todos os seus servidores. Isso afeta toda a memória e projetos internacionais da área cultural. Não se sabe o que vai ocorrer ainda com o Sistema Nacional Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), que era ligada à secretaria-executiva do MINC e foi extinta também, justamente com todas as áreas meio.

Servidores do Ministério da Cultura têm se mostrado preocupados por não acreditarem que mesmo a estrutura mínima mantida pelo atual governo seja mantida.

Não é de hoje que se tenta acabar com o MINC. O governo de Michel Temer tentou fazer o mesmo, chegando a editar MP para extinguir o órgão, mas teve de voltar atrás ao perceber que a sociedade brasileira não tolera ser desrespeitada em sua essência que, mais do tudo, emerge através da cultura do País.

Não obstante, o governo Temer, apesar de recriar o MINC, desmantelou-o grandemente. Os incentivos à cultura representaram, em seu governo, somente 1,46% dos incentivos dados em todas as áreas do governo federal. Os próprios servidores do MINC denunciavam, à época, cortes inconstitucionais de cerca 40% no orçamento, o que feria o Artigo 216-A, que institui o Sistema Nacional de Cultura, e determina, em seu parágrafo primeiro, inciso XII, que haja “ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura”, e não sua redução.

Em valores calculados de acordo com o IPCA de 2017, a dotação autorizada da Cultura atingiu R\$ 4,5 bilhões em 2013, ou seja, no governo Dilma, caindo para menos de R\$ 4 bilhões em 2015 e para R\$ 2,7 bilhões em 2017. O Fundo Nacional da Cultura também não tem recebido os 3% do valor bruto arrecadado pela Loteria Federal, conforme previsto no Artigo 5.o. da Lei 8.313, de 1991. Ou seja, os recursos só minguam.

Isso também significa que o MINC, mesmo tendo sido recriado por Temer, nunca retomou plenamente suas atividades. Dessa forma, sugerimos a realização de audiência pública para melhor análise de como ficou de fato, a situação da área cultural no governo Bolsonaro, de maneira que possamos avaliar também melhor os impactos do desmantelamento do MINC.

Sala das Comissões, em 20 de março de 2019.

ÁUREA CAROLINA

Deputada Federal – PSOL/MG